

#DeOlhoNaMetrópole

11ª EDIÇÃO - 2020

(Re)conhecendo a Região Metropolitana de Natal e seu papel na vida dos habitantes da metrópole Potiguar

QUAL A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL?

A descentralização advinda da Constituição de 1988 tem sido um processo que fortalece o poder político e econômico dos municípios brasileiros. Do ponto de vista fiscal, os municípios foram os maiores beneficiários da descentralização, aumentando a receita própria, a despesa pública (particularmente nos gastos em saúde, educação e seguridade social), bem como a dependência do repasse de recursos federais.

Embora tenhamos acompanhado a diminuição do desequilíbrio vertical – entre a distribuição de receitas e de responsabilidades entre os entes da federação – expandiram-se, ao longo desses anos, os desequilíbrios horizontais (regionais e entre os municípios).

No que se refere a receita municipal, é evidente a importância da receita própria para os municípios metropolitanos. Isso se deve a característica dos próprios impostos municipais: Os principais impostos, IPTU e ISS, são impostos iminentemente urbanos.

A arrecadação desses impostos são tanto maiores quanto mais se desenvolvem serviços avançados, o que é característico de centros urbanos localizados na região metropolitana.

Somente nos municípios metropolitanos, que concentram maior população e atividade econômica, a capacidade de arrecadação da receita própria de impostos (IPTU, ISS e Taxas) chega a 26.1% de sua receita corrente. Os municípios não metropolitanos, por concentrarem menor população e possuir um PIB menos complexo, não conseguem garantir uma base tributária própria mais ampla, arrecadando cerca de 7.2% da receita corrente.

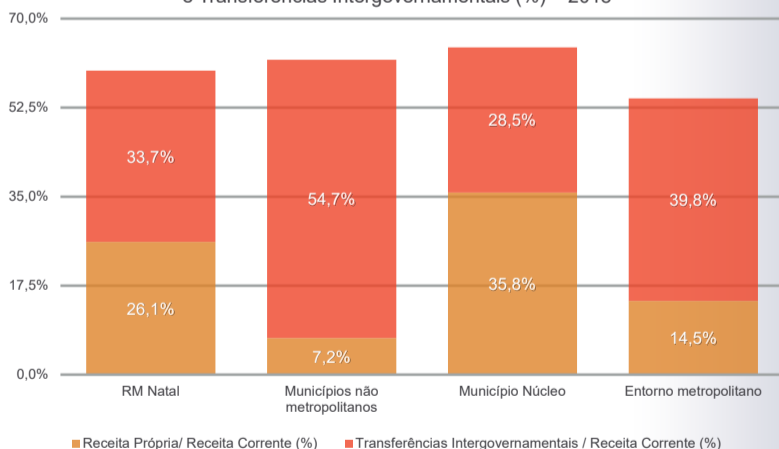
O município núcleo, Natal, mais adensada e com atividade econômica intensa, concentra mais que a arrecadação média de receita própria na região metropolitana, chegando a 35.8% da sua receita corrente. Os municípios do entorno metropolitano apresentaram o dobro da arrecadação própria dos municípios não metropolitanos, aproximadamente 14.5%.

Entre as transferências intergovernamentais, a RMN se concentra nos critérios de partilha que levam em conta a atividade econômica dos municípios, como no ICMS e no IPVA (33.7%). Já os não metropolitanos têm nas transferências redistributivas, principalmente o FPM, sua fonte mais expressiva de receita (54.7%).

Para o município núcleo, o volume reflete um desempenho bem inferior se comparado com o entorno metropolitano (28.5%). Os municípios do entorno metropolitano também mostraram uma forte dependência das transferências redistributivas e devolutivas (ICMS, IPVA) como fonte expressiva de receita (39.8%).

O cenário de crise econômica agravado pela pandemia da covid-19 tem trazido mais pressão sob as finanças municipais, afetando principalmente as despesas de custeio, como a saúde, educação e a seguridade social. Esse cenário adverso cria novos desafios: seja pelas condições desiguais que os governos municipais possuem para dar resposta ao problema, seja pela rigidez da estrutura fiscal brasileira.

Receita Fiscal - Municípios do Rio Grande do Norte - Receita Própria e Transferências Intergovernamentais (%) - 2018



CRÉDITOS: Secretaria do Tesouro Nacional – STN / Ministério da Fazenda /2018.

A participação da RM Natal na receita fiscal do Rio Grande do Norte concentra aproximadamente 70% do total da arrecadação própria do estado, de acordo com os dados mais atualizados da Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

AUTOR CONVIDADO

Richardson Leonardi Moura da Camara